



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS **2022**

março • 2022



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

2022

Apresentado à sociedade e aos órgãos de controle interno e externo, como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada, nos termos do parágrafo único do art. 70 da [Constituição Federal](#). Elaborado em acordo com as disposições da [Instrução Normativa TCU 84/2020](#), bem como em conformidade com as Decisões Normativas TCU [nº 187/2020](#) e [nº 188/2020](#).

março • 2022

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Setor de Indústrias Gráficas (SIG), Quadra 02, Lotes 530 a 560
Edifício Sohest - Brasília - DF / CEP: 70610-420
cgu@cgu.gov.br

VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO

Ministro da Controladoria-Geral da União

VÂNIA LÚCIA RIBEIRO VIEIRA

Secretária-Executiva

CLAUDIO TORQUATO DA SILVA

Secretário-Executivo Adjunto

ÉRIKA LEMÂNCIA SANTOS LÔBO

Diretora de Gestão Corporativa

GIOVANNI CÂNDIDO DEMATTE

Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

AIRSON DE ARAUJO SOUZA

Contador Responsável
CRC nº GO-016070/O

EQUIPE TÉCNICA:

Anderson Nunes Vieira
Carla Lyra Nascimento Rezende
Carlos Alexandre Vieira de Vasconcelos
Fernanda Cristina de Oliveira
Fernando Sávio de Sousa
Maria Helena Kerber

Obra atualizada até fevereiro de 2023

Diagramação: Assessoria de Comunicação Social • Ascom / CGU

Grafismo da capa baseado em: <https://www.freepik.com>

Permitida a reprodução desta obra, de forma parcial ou total, sem fins lucrativos, desde que citada a fonte ou endereço da internet (https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/prevencao-da-corrupcao/transparencia-de-agendas/secoes/arquivos-eleicoes/manual_e_agendas.pdf) no qual pode ser acessada integralmente em sua versão digital.

Copyright © 2023 Controladoria-Geral da União



CONTEÚDO

LISTA DE SIGLAS	5
DECLARAÇÃO DO CONTADOR	6
APRESENTAÇÃO	8
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS	9
BALANÇO PATRIMONIAL (BP)	9
NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL	10
Nota 1 • Caixa e Equivalente de Caixa	10
Nota 2 • Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	11
Nota 3 • Créditos a Longo Prazo	12
Nota 4 • Imobilizado	13
Nota 5 • Intangível	17
Nota 6 • Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – Curto Prazo (CP)	18
Nota 7 • Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	18
Nota 8 • Resultados Acumulados	19
Nota 9 • Atos Potenciais Ativos e Passivos	20
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)	21
ANEXO 1 • DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	22
ANEXO 2 • DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	22
NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	23
Nota 10 • Receitas Orçamentárias – Receitas de Serviços	23
Nota 11 • Dotação e Execução Orçamentária da Despesa (Corrente e de Capital)	23
Nota 12 • Execução de Restos a Pagar (Processados e Não Processados)	25
DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)	26
NOTAS EXPLICATIVAS AO DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	28
Nota 13 • VPA – Transferências e Delegações Recebidas	28
Nota 14 • VPA – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	29
Nota 15 • VPA – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	29
Nota 16 • VPD – Pessoal e Encargos (ativos e inativos)	30
Nota 17 • VPD – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	31
BALANÇO FINANCEIRO	32
NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO (BF)	34
Nota 18 • Restos a Pagar (inscritos e pagos)	34
Nota 19 • Saldo para o Exercício Seguinte	34
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)	34
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)	36
Nota 20 • Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	36
NORMAS LEGAIS E TÉCNICAS CONTÁBEIS ADOTADAS	36
Uso de Estimativas e Julgamentos	36
Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	36
Mecanismos utilizados para controle e garantia da confiabilidade contábil	36

LISTA DE SIGLAS

AH	Análise Horizontal
AV	Análise Vertical
BF	Balanço Financeiro
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGU	Controladoria-Geral da União
CP	Curto Prazo
DCASP	Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DGC	Diretoria de Gestão Corporativa
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
Funpresp	Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
NBC TSP	Norma Brasileira de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público
NE	Nota Explicativa
RP	Restos a Pagar
RPNP	Restos a Pagar Não Processados
RPP	Restos a Pagar Processados
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
TED	Termo de Execução Descentralizada
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCU	Tribunal de Contas da União
UG	Unidade Gestora
VPA	Variação Patrimonial Aumentativa
VPD	Variação Patrimonial Diminutiva

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Esta declaração é referente às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2022 da Controladoria-Geral da União (CGU).

A declaração do contador reflete a conformidade contábil das demonstrações, encerradas em 31 de dezembro de 2022, e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil, presente no Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal. As Demonstrações Contábeis da CGU são as seguintes:

- Balanço Patrimonial – evidencia os ativos e passivos e o resultado do exercício;
- Balanço Orçamentário – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista e a despesa autorizada versus a executada;
- Balanço Financeiro – visa demonstrar o fluxo financeiro no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas;
- Demonstração das Variações Patrimoniais – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas);
- Demonstração do Fluxo de Caixa – identifica as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o período coberto pelas demonstrações contábeis (ou exercício financeiro) e o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Essas demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 9ª edição – MCASP e o Manual SIAFI.

Avanços

No exercício de 2022, a CGU manteve os avanços com relação às diretrizes do MCASP, Manual SIAFI e aos objetivos do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), aprovado pela Portaria STN nº 548/2015, que dá continuidade ao processo de convergência da CASP aos padrões internacionais, realizando as seguintes ações:

- Tratativas junto ao setor de patrimônio da CGU (CGLPE/COASP), objetivando a melhoria do processo de identificação, avaliação de Bens Móveis, Imóveis e Intangível;
- Adoção de modelos de relatórios de inventário anual e treinamento in company relativo ao controle de acervo patrimonial, especificamente em relação aos aspectos contábeis de reconhecimento das situações dos ativos inventariados;
- Alinhamento, junto à Secretaria do Tesouro Nacional, à Secretaria de Orçamento Federal e a Secretaria de Combate à Corrupção/CGU, dos procedimentos administrativos para os registros contábeis dos acordos de leniência; e
- Acompanhamento do processo de reavaliação de bens imóveis em diversas regionais.

Ressalvas

Em que pese os avanços referentes ao controle patrimonial, algumas restrições contábeis foram verificadas no encerramento do exercício de 2022, estando registradas no SIAFI (Órgão 37000), em processos do Sistema Único de Processo Eletrônico (SUPER.GOV.BR) para o acompanhamento e no Relatório de Inconsistências Contábeis, enviado à STN para Prestação de Contas, são elas:

1) Restrição 773 - TED a Comprovar com data expirada (4 ocorrências).

Situação atual: até a elaboração desta declaração, 2 ocorrências foram regularizadas, sendo que as demais estão pendentes de ação da Unidade Descentralizada, responsável pela execução do TED, para a devida regularização.

2) Restrição 674 – Saldo Alongado Indevido em Contas Transitórias de Passivo Circulante (5 ocorrências).

Situação atual: até a elaboração desta declaração, 3 ocorrências foram regularizadas, as demais dependem de informações externas à UGE para regularização, estando em processos de acompanhamento no SUPER.GOV.BR.

3) Restrição 606 – Saldo Alongado/Indevido em Contas Transitórias do Ativo Circulante (1 ocorrência).

Situação atual: regularizada.

4) Restrição 700 – Falta de reclassificação/devolução e baixa/anulação de Suprimento de Fundos (4 ocorrências)

Situação Atual: regularizada.

5) Restrição 640 – Saldo Contábil Bens Móveis não confere c/RMB (6 ocorrências).

Situação Atual: aguardando solução de inconsistências do SIADS, sendo orientado às Unidades Gestoras Executoras a abertura de chamados junto ao SERPRO e ocorrências junto à STN. Todas as ações estão sendo acompanhadas via processos no SUPER.GOV.BR.

Declaração

De acordo com a análise realizada, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração do Fluxo de Caixa, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativas ao exercício de 2022, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Controladoria-Geral da União, exceto quanto às ressalvas mencionadas.

Brasília-DF, 31 de janeiro de 2023

AIRSON DE ARAUJO SOUZA

CRC nº GO-016070/O

Contador Responsável

APRESENTAÇÃO

A Controladoria-Geral da União (CGU) é o órgão de controle interno do Poder Executivo Federal, que tem como responsabilidade a realização de atividades relacionadas à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, por meio de ações de controle interno, auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção e ouvidoria. Na qualidade de Órgão Central, o ministério exerce a supervisão técnica dos órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno, o Sistema de Correição, o Sistema de Ouvidoria e o Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal, conforme Decreto nº 11.330/2023 e o Decreto nº 10.756/2021.

A Diretoria de Gestão Corporativa (DGC), por meio da Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade (CGCOF), que compreende a Setorial de Contabilidade e Custos (SECON), é responsável pela análise e avaliação das Demonstrações Contábeis da CGU, as quais são constituídas pelo Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas. Tais demonstrativos foram extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, na data-base de, 31/12/2022.

Além dos demonstrativos apresentados, há o Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL). Conforme estipula o MCASP (2021, 9ª ed.), a publicação do mesmo é obrigatória somente para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas. Portanto, devido ao fato desta CGU não exercer atividades na conformidade de uma sociedade anônima, a DMPL não será objeto de análise no presente relatório.

Ante orientação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), as análises foram realizadas comparando-se os dados dos demonstrativos referentes ao exercício de 2022 com os dados dos demonstrativos do exercício anterior (2021).

Destaca-se que a CGU tem acompanhado a evolução da Contabilidade Pública, atuando de forma ativa nos processos de mudanças definidos pela STN, o que tem permitido maior transparência da gestão pública realizada por este ministério.

As Unidades Gestoras que compõem a CGU são responsáveis por administrar e executar todos os atos e fatos administrativos que geram informações contábeis no SIAFI consolidadas nos Demonstrativos Contábeis.

A seguir, são apresentadas as demonstrações contábeis da CGU, relativas ao exercício de 2022, e detalhados os seus principais itens e informações relevantes em Notas Explicativas (NE).

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

BALANÇO PATRIMONIAL (BP)

O Balanço Patrimonial (BP) da CGU evidencia os Ativos, os Passivos, o Patrimônio Líquido e sua evolução no exercício de 2022, em relação a 2021.

BALANÇO PATRIMONIAL • QUADRO PRINCIPAL

ATIVO	NE	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE		1.518.856.856	163.807.608
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	77.335.420	69.011.841
Créditos a Curto Prazo		1.441.478.628	94.744.984
Demais Créditos e Valores	2	1.441.478.628	94.744.984
Estoques		42.809	50.783
ATIVO NÃO CIRCULANTE	3	8.007.552.364	7.988.338.339
Ativo Realizável a Longo Prazo		7.813.289.712	7.813.289.712
Créditos a Longo Prazo		7.813.289.712	7.813.289.712
Demais Créditos e Valores		7.813.289.712	7.813.289.712
Imobilizado	4	169.080.150	152.864.704
Bens Móveis		47.658.986	42.022.640
Bens Móveis		95.341.575	85.263.564
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. De Bens Móveis		-47.682.589	-43.240.924
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-
Bens Imóveis		121.421.165	110.842.064
Bens Imóveis		121.512.917	113.167.041
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. De Bens Imóveis		-91.752	-2.324.977
Intangível	5	25.182.502	22.183.923
Softwares		25.182.502	22.183.923
Softwares		25.880.220	22.881.640
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-697.717	-697.717
TOTAL DO ATIVO		9.526.409.221	8.152.145.946

PASSIVO	NE	2022	2021
PASSIVO CIRCULANTE		150.284.678	90.361.211
Obrigações Trab., Prev. E Assist. a Pagar a Curto Prazo	6	127.152.991	69.371.633
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		197.076	13.550
Demais Obrigações a Curto Prazo	7	22.934.611	20.976.028
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		150.284.678	90.361.211
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2022	2021
Ajustes de Avaliação Patrimonial		73.479	73.479
Resultados Acumulados	8	9.376.051.064	8.061.711.257
Resultado do Exercício		1.314.421.413	3.434.173.449
Resultados de Exercícios Anteriores		8.061.711.257	4.556.416.448
Ajustes de Exercícios Anteriores		-81.605	71.121.360
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.376.124.543	8.061.784.736

Fonte: SIAFI

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

R\$

ATIVO	2022	2021	NE	PASSIVO	2022	2021
Atos Potenciais Ativos	36.243.084	32.399.951		Atos Potenciais Passivos	200.971.934	147.344.036
Garantias e Contragarantias Recebidas	28.945.407	23.454.704		Garantias e Contragarantias Concedidas		
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	7.059.669	8.707.240		Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	6.112.439	6.232.082
Direitos Contratuais	238.008	238.008		Obrigações Contratuais	194.859.495	141.111.954
Outros Atos Potenciais Ativos	-			Outros Atos Potenciais Passivos		
TOTAL	36.243.084	32.399.951	9	TOTAL	200.971.934	147.344.036

Fonte: SIAFI

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL

Nota 1 • Caixa e Equivalente de Caixa

Caixa e Equivalência de Caixa é composto pelos valores do limite de saque da Conta Única da União, para atender as despesas com vinculação de pagamento das unidades gestoras da CGU, e pelos valores recebidos pela rede de agências da Caixa Econômica Federal, relativos aos depósitos de caução em garantia a contratos administrativos, conforme disposto no inc. IV do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.737/1979.

TABELA 1 • SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA POR UG

SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA POR UG				
UG EXECUTORA		DEZ/22	DEZ/21	AH
370001	DIRETORIA DE GESTAO INTERNA(CGU)	1.629.315	36	4506996,46%
370002	COORDENCAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS	75.262.038	68.798.515	9,39%
370003	COORD-GERAL LICITACAO, CONT.E DOCUMENTACAO	440.423	211.045	108,69%
370004	COORD-GERAL DE ORCAM. FINANC. E CONTABILIDADE	3.643	2.245	62,29%
TOTAL		77.335.420	69.011.841	12,06%

Fonte: SIAFI

Da tabela acima, observa-se que o maior volume de recursos está concentrado na UG 370002, responsável pelo pagamento de Pessoal. O saldo expressivo se deve à liberação dos recursos da folha, sempre no último dia do mês, ou seja, no dia útil anterior à data de pagamento, oportunidade em que é gerada a Ordem de Pagamento, contabilizando recursos financeiros na conta Limite de Saque com Vinculação de Pagto – Ordem Pagto – OFSS, até a assinatura dos gestores com a geração da Ordem Bancária no dia útil seguinte.

Nota 2 • Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

A rubrica “*Demais Créditos e Valores a Curto Prazo*” compreende os valores a receber por demais transações realizáveis no curto prazo (com expectativa de recebimento até o encerramento do exercício).

TABELA 2 • DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

R\$

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO			
	DEZ/22	DEZ/21	AH
13 SALÁRIO – ADIANTAMENTO	12.237.422	10.606.807	15%
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	9.123		
SALARIOS E ORDENADOS - PAGAMENTO ANTECIPADO	754.923	3.088.718	-76%
ADIANTAMENTO CONCEDIDO	6.322	18	34224%
CRÉDITOS A RECEBER POR DANO AO PATRIMONIO	496.218.210	18.277.056	2615%
VALORES A RECEBER POR DEVOLUCAO DESP. ESTORNADAS	36.789	6.480	468%
CRED A RECEBER DECORRENTE DE INFRAÇÕES LEGAIS E CONTRATUAIS	918.522.582	49.703.315	1748%
CRED A RECEBER POR CESSAO DE PESSOAL	506.285		
ADIANTAMENTO - TERMO EXECUCAO DESCENTRALIZADA	12.751.001	13.062.589	-2%
CRED A REC POR CESSAO DE PESSOAL - ESTADO	204.108		
CREDITOS A REC POR CESSAO DE PESSOAL - MUNIC	231.862		
TOTAL	1.441.478.628	94.744.984	1421%

Fonte: SIAFI

Conforme tabela anterior, observa-se que os montantes mais expressivos dentre os demais créditos e valores a curto prazo estão concentrados nas rubricas “Créditos a Receber por Dano ao Patrimônio” e “Créditos a Receber Decorrente de Infrações Legais e Contratuais”.

As rubricas “Créditos a Receber por Dano ao Patrimônio” e “Créditos a Receber Decorrentes de Infrações Legais e Contratuais” se referem ao reconhecimento contábil do montante a receber a curto prazo em virtude de 08 (oito) acordos de leniência, firmados em 2022 com expectativa de recebimento em 2023.

A Lei nº 12.846, de 01/8/2013 (Lei Anticorrupção), dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, definindo no seu art. 16, § 10, que a CGU é o órgão competente para celebrar os acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo Federal. Por meio da Portaria Interministerial da Controladoria-Geral da União e da Advocacia-Geral da União nº 2.278/2016, de 15/12/2016, foram definidos os procedimentos para a celebração do acordo de leniência de que trata a Lei nº 12.846, de 01/8/2013. Logo, há a atuação conjunta deste órgão com a Advocacia-Geral da União.

Conforme previsto nessa Lei, a CGU detém competência exclusiva, no Poder Executivo Federal, para celebrar acordos de leniência com empresas investigadas pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública. Por meio da Portaria Interministerial da Controladoria-Geral da União e da Advocacia-Geral da União, Portaria Conjunta nº 4, de 9 de Agosto de 2019 (a qual revoga a Portaria Interministerial CGU/AGU nº 2.278, de 15 de dezembro de 2016), foram definidos os procedimentos para a celebração dos acordos de que tratam a Lei Anticorrupção.

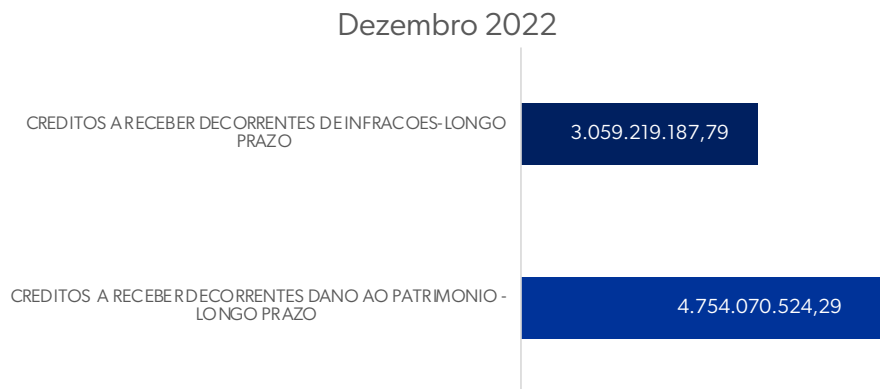
De forma a atender recomendação do Tribunal de Contas da União - Acórdão nº 4.055/2020, a CGU passou a registrar a previsão da receita relativa aos acordos de leniência celebrados, bem como os créditos a receber (curto e longo prazos).

Cabe destacar que os registros de previsão da receita e créditos a receber, relativos aos créditos de restituições e multas dos acordos de leniência, são efetuados pela CGU. Porém, a contabilização do ingresso financeiro ocorre diretamente na Secretaria do Tesouro Nacional - STN/ME.

Nota 3 • Créditos a Longo Prazo

O montante de “Créditos a Longo Prazo”, na ordem de R\$ 7.813.289.712, refere-se ao reconhecimento contábil dos valores a receber a longo prazo em virtude dos acordos de leniência, com a seguinte discriminação:

GRÁFICO 1 • CRÉDITOS A LONGO PRAZO (LEI Nº 12.846, DE 01/8/2013)



A rubrica “*Créditos a Receber Decorrentes Dano ao Patrimônio*” representa os valores a serem ressarcidos aos cofres públicos e a rubrica “*Créditos a Rec. Decorrentes de Infração*” decorre de infrações legais e contratuais, no âmbito dos acordos de leniência.

Nota 4 • Imobilizado

O Imobilizado da CGU é segregado em dois grupos: (i) bens móveis; e (ii) bens imóveis.

Bens Móveis

Os Bens Móveis da CGU estão distribuídos nas contas apresentadas na tabela a seguir:

TABELA 3 • BENS MÓVEIS

O valor contábil líquido demonstra o valor atualizado dos bens, ao final do exercício de 2022, no montante de R\$ 47.658.986, ou seja, do valor bruto de R\$ 95.341.575, o órgão apresenta uma depreciação de 50% de seu Imobilizado registrado na rubrica de “Bens Móveis”.

R\$

BENS MÓVEIS (SALDO CONTÁBIL)				
BENS MÓVEIS	DEZ/22	DEZ/21	AH	AV
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	9.057.269	6.635.410	36%	9%
Bens de Informática	48.430.205	47.241.733	3%	51%
Móveis e Utensílios	17.828.592	13.860.491	29%	19%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	1.726.083	1.393.384	24%	2%
Veículos	9.425.825	9.539.012	-1%	10%
Bens Móveis em Andamento	206.000			0%
Bens Móveis em Almoxarifado	4.646	4.646	0%	0%
Demais Bens Móveis	8.662.954	6.588.889	31%	9%
VALOR BRUTO CONTÁBIL DOS BENS	95.341.575	85.263.564	12%	100%
Depreciação Acumulada	-47.682.589	-43.240.924	10%	-50%
VALOR CONTÁBIL LÍQUIDO	47.658.986	42.022.640	20%	50%

Fonte: SIAFI

Os itens que tiveram uma variação mais expressiva foram: Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas e Demais Bens Móveis, com um acréscimo em 36% e 31%, respectivamente.

TABELA 4 • DEMAIS BENS MÓVEIS

R\$

DEMAIS BENS MÓVEIS (SALDO CONTÁBIL)				
BENS MÓVEIS	DEZ/22	DEZ/21	AH	AV
Bens Móveis a Alienar	774.912	665.199	16%	9%
Bens Móveis em Trânsito	138.289	163.000	-15%	2%
Bens Não Localizados	6.785.334	4.899.272	38%	78%
Peças Não Incorporáveis a Imóveis	964.419	858.809	12%	11%
Material de Uso Duradouro	0	2.610		
TOTAL	8.662.954	6.588.889	31%	100%

Fonte: SIAFI

A maior variação se trata da conta de Bens Não Localizados, que compreende 78% dos Demais Bens Móveis, referentes às Unidades Sede e em regionais da CGU, evidenciados em Relatórios de Inventário físico.

O item 9 da Macrofunção 02.03.35 do Manual SIAFI estabelece que a unidade gestora deverá realizar a reclassificação de bens não localizados para a conta 12311.99.07 (Bens Não Localizados) e, caso o bem seja localizado, o respectivo saldo deverá ser reclassificado para a conta de origem.

Cabe ressaltar que a Setorial de Contabilidade da CGU vem atuando junto ao setor de patrimônio para cumprir todas as disposições contidas no Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), aprovado pela Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, que dá continuidade ao processo de convergência da CASP aos padrões internacionais.

Para o exercício atual, foi efetuado um treinamento in company para todas as áreas de gestão patrimonial da CGU, sede e regionais, com vistas ao aprimoramento dos procedimentos de controle contábil e do acervo patrimonial do Órgão.

TABELA 5 • MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS

R\$

MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS (SALDO CONTÁBIL)				
BENS MÓVEIS	DEZ/22	DEZ/21	AH	AV
Aparelhos de Medicao e Orientacao	177.853	131.438	35%	2%
Aparelhos e Equipamentos de Comunicacao	4.359.488	4.398.848	-1%	50%
Equipam/Utensilios Medicos,Odonto,Lab e Hosp	20.561	24.228	-15%	0%
Equipamento de Protecao, Seguranca e Socorro	427.983	442.085	-3%	5%
Maquinas e Equipamentos Industriais	5.748	5.748	0%	0%
Maquinas e Equipamentos Energeticos	3.058.155	600.535	409%	35%
Maquinas e Equipamentos Graficos	340.281	368.595	-8%	4%
Maquinas, Ferramentas e Utensilios De Oficina	256	256	0%	0%
Equipamentos, Pecas e Acessorios P/Automoveis	35.191	25.119	40%	0%
Equipamentos Hidraulicos e Eletricos	374.787	374.787	0%	4%
Maquinas e Equipamentos Eletro-Eletronicos	3.960	0		
Maquinas, Utensilios e Equipamentos Diversos	253.005	263.771	-4%	3%
TOTAL	9.057.269	6.635.410	36%	100%

Fonte: SIAFI

A maior variação se trata da conta de Máquinas e Equipamentos Energéticos, que apresentou uma variação de 409%, em comparação com o exercício de 2021. Essa variação se deu em função de aquisições de equipamentos para videoconferência compatíveis com o ambiente Microsoft Teams, bem como equipamentos *nobreaks* para *racks* de Tecnologia da Informação e para redes elétricas vinculadas aos usuários das unidades regionais e da sede da CGU.

TABELA 6 • DEPRECIAÇÃO ACUMULADA (DETALHAMENTO)

Quanto à depreciação acumulada dos bens no exercício de 2022, tem-se a seguinte representação gráfica dos bens depreciados em mais de 50%:

DEPRECIAÇÃO ACUMULADA (DETALHAMENTO)				
CONTA CONTÁBIL	VALOR CONTÁBIL BRUTO	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	VALOR CONTÁBIL LÍQUIDO	PERC. DE DEPRECIAÇÃO
Máquinas e utensílios de escritório	70.823	-90.434	-19.611	-128%
Pecas não incorporáveis a imóveis	964.419	-1.016.648	-52.229	-105%
Equipam/utensílios medicos, odonto,lab e hosp	20.561	-19.902	659	-97%
Equipamentos hidráulicos e elétricos	374.787	-354.411	20.377	-95%
Equipamento de proteção, segurança e socorro	427.983	-350.422	77.560	-82%
Coleções e Materiais Bibliográficos	67.357	-53.286	14.070	-79%
Instrumentos musicais e artísticos	850	-614	236	-72%
Equipamentos, peças e acessórios p/automóveis	35.191	-25.117	10.074	-71%
Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação/TIC	48.430.205	-30.962.152	17.468.054	-64%
Aparelhos e utensílios domésticos	1.766.943	-962.158	804.786	-54%
Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	256	-138	118	-54%
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	4.359.488	-2.336.937	2.022.551	-54%
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	253.005	-131.716	121.289	-52%
Máquinas e Equipamentos Industriais	5.748	-2.791	2.957	-49%

Fonte: SIAFI

Conforme a tabela acima, verifica-se que existem contas contábeis que apresentaram saldos contábeis líquidos negativos, devido aos valores dos bens móveis estarem inferiores à depreciação acumulada. A STN, por meio do Comunica 2023/3017151, alertou sobre o problema e orientou as UGs quanto à regularização dos saldos. A Setorial de Contabilidade da CGU – SECON também ratificou o Comunica junto às Unidades, porém os saldos ficaram pendentes de regularização, até o encerramento do exercício de 2022. Cabe ressaltar que o SIADS vem apresentando problemas na execução automática de alguns ajustes contábeis, com necessidades de registros de chamados junto ao SERPRO.

Bens Imóveis

Na tabela seguinte é apresentada a composição do subgrupo Bens Imóveis, referentes aos exercícios de 2022 e de 2021:

TABELA 7 • BENS IMÓVEIS

R\$

BENS IMÓVEIS				
	DEZ/22	DEZ/21	AH	AV
Bens de Uso Especial	118.779.033	110.433.157	7,56%	97,75%
Bens Imóveis em Andamento	87.001	87.001	0,00%	0,07%
Instalações	2.646.883	2.646.883	0,00%	2,18%
VALOR BRUTO CONTÁBIL	121.512.917	113.167.041	7,37%	100,00%
Depreciação	(91.752)	(2.324.977)	-96,05%	0,08%
SALDO CONTÁBIL LÍQUIDO	121.421.165	110.842.064	9,54%	99,92%

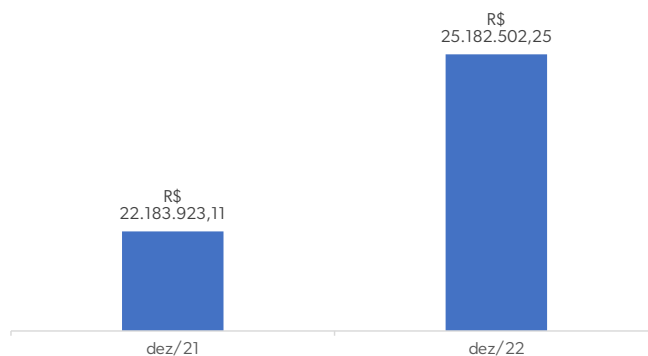
Fonte: SIAFI

Os “Bens Imóveis de Uso Especial” estão registrados no sistema SPIUnet e se referem aos imóveis do Órgão, localizados em Brasília e em suas unidades regionais em todos os estados.

O saldo contábil líquido demonstra o valor atualizado dos imóveis em dezembro de 2022, no montante de R\$ 121.421.165, após a depreciação pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência no percentual de 0,08%, que equivale ao valor de R\$ 91.752.

Nota 5 • Intangível

GRÁFICO 2 • BENS INTANGÍVEIS



Fonte: SIAFI

Comparando-se os finais dos exercícios de 2022 e 2021, depreende-se que houve acréscimo de 14,45%, ou 2.998.579,14, na rubrica “Software”, devido, principalmente, às contratações para o desenvolvimento de software na Unidade Sede da CGU.

Em relação ao procedimento de amortização dos softwares, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) está aguardando o desenvolvimento da solução no Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS) pelo SERPRO, com previsão de implementação para os próximos meses.

Nota 6 • Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – Curto Prazo (CP)

A tabela seguinte demonstra a composição da rubrica “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar”.

TABELA 8 • OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA A PAGAR – CP

R\$

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR (CURTO PRAZO)			
	DEZ/22	DEZ/21	AH
Salários, remuneracoes e beneficios	64.046.075	59.190.015	8%
Decimo terceiro salario a pagar	2.039.337	0	
Ferias a pagar	59.208.433	8.817.642	571%
Beneficios previdenciarios	383.201	446.439	-14%
Contribuicao a entidades de previd.complement	1.462.278	913.776	60%
Inss-contrib.s/salarios e remuneracoes -intra	13.668	3.760	
TOTAL	127.152.991	69.371.633	83%

Fonte: SIAFI

As rubricas que compõem o grupo de contas “Obrigações Trabalhistas, Previdência e Assistência a Pagar – CP” tiveram um aumento de 83%, principalmente em decorrência de apropriações referentes “Décimo Terceiro a Pagar” e “Férias a Pagar”, referente aos servidores que gozaram férias e solicitaram a antecipação do 13º salário durante o exercício de 2022.

Nota 7 • Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Em 31/12/2022, o Órgão 37000 – Controladoria-Geral da União (CGU) apresentou um saldo de R\$ 166.014,00 na conta Fornecedores e Contas a Pagar de obrigações no curto prazo, o que representa um acréscimo de 1354%, em relação ao exercício anterior, conforme a tabela seguinte.

TABELA 9 • FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR POR UG

R\$

FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR POR UG - CURTO PRAZO			
UNIDADE GESTORA	DEZ/22	DEZ/21	AH
370003 – CGLCD	195.71	13.550	1344%
370002 – COGEP	1.360	0	
TOTAL	197.076	13.550	1354%

Fonte: SIAFI

A movimentação foi maior na UG 370003, por ser a responsável pela execução financeira do Órgão.

A seguir, apresentamos a relação dos credores de curto prazo da UG 370003 referente ao exercício de 2022.

TABELA 10 • RELAÇÃO DE CREDORES (UG 370003)

RELAÇÃO DE CREDORES (UG 370003)		
FORNECEDOR	DEZ/22	AV
BARCELO EVENTOS LTDA	35.234	18%
PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	31.972	16%
REDISUL INFORMATICA LTDA	34.805	18%
SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)	22.771	12%
STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA S.A.	70.934	36%
TOTAL	195.716	100%

Fonte: SIAFI

Nota 8 • Resultados Acumulados**TABELA 11 • RESULTADO ACUMULADO**

R\$

RESULTADOS ACUMULADOS			
	DEZ/22	DEZ/21	AH
Resultado do Exercício	1.314.421.413	3.434.173.449	-62%
Resultados Exerc. Anteriores	8.061.711.257	4.556.416.448	77%
Ajustes Exercícios Anteriores	-81.605	71.121.360	-100%
TOTAL	9.376.051.064	8.061.711.257	16%

Fonte: SIAFI

A rubrica Resultado Acumulado no seu total sofreu pouca variação, em comparação com o exercício de 2021. Porém, houve um incremento significativo de 77% na rubrica “Resultados Exercícios Anteriores”, devido ao reconhecimento no ativo da CGU dos valores decorrentes dos acordos de leniência.

Abaixo, na tabela 12, segue o detalhamento das contas referente aos Acordos de Leniência:

TABELA 12 • CONTAS CONTÁBEIS REFERENTES AO ACORDOS DE LENIÊNCIA (LEI Nº 12.846, DE 01/8/2013)

R\$

CONTAS REFERENTES AO ACORDO DE LENIÊNCIA (LEI Nº 12.846, DE 01/8/2013)	
CONTAS CONTÁBEIS	VALOR
11341.01.02 - Créd. a Rec. por Dano ao Patrimônio (curto prazo)	496.218.210
11381.07.00 - Créd. a Rec. Decor. de Infraç Leg e Contratuais (curto prazo)	918.522.582
12121.04.02 - Créd. a Rec. Decorrentes Dano ao Patrimônio (longo prazo)	4.754.070.525
12121.98.21 - Créd. a Rec. Decorrentes de Infrações - LG PZ (longo prazo)	3.059.219.188
TOTAL	9.228.030.505

Fonte: SIAFI

Nota 9 • Atos Potenciais Ativos e Passivos

Os Atos Potenciais Ativos compreendem os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Na tabela seguinte, tem-se a distribuição dos saldos dos atos potenciais ativos por UG, referentes a dezembro/2022 e a dezembro/2021, tendo sua maior concentração na UG 370003, unidade responsável pela execução orçamentária e financeira do órgão.

TABELA 13 • ATOS POTENCIAIS ATIVOS

R\$

ATOS POTENCIAIS ATIVOS POR UG EXECUTORA				
UG EXECUTORA	DEZ/22	DEZ/21	AH	AV
370001 - DIRETORIA DE GESTAO INTERNA(CGU)	4.434.575	4.757.162	-7%	12,2%
370003- COORD-GERAL LICITACAO, CONT.E DOCUMENTACAO	31.465.209	27.377.459	15%	86,8%
370004 - COORD-GERAL DE ORCAM. FINANC. E CONTABILIDADE	105.293	27.323	285%	0,3%
370009 - CGU/REGIONAL/AC	235.495	235.495	0%	0,6%
370016 - CGU/REGIONAL/GO	2.513	2.513	0%	0,0%
TOTAL DE ATOS POTENCIAIS ATIVOS	36.243.084	32.399.951	11,9%	100,0%

Fonte: SIAFI

O valor mais expressivo foi observado na UG 370003, a qual responde por 86,8% do total dos Atos de Potenciais Ativos em dezembro de 2022, representando as Garantias e Contragarantias recebidas durante o exercício de 2022, tais como Seguros-Garantia a Executar, Apólices de Seguros a Executar e Caução a Executar.

Os atos potenciais passivos compreendem os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Na tabela seguinte, têm-se os saldos dos atos potenciais passivos por UG, referentes a dezembro/2022 e a dezembro/2021. Verifica-se que a maior parte, 97% das garantias, estão concentradas também na UG 370003. Essa rubrica trata do registro da execução dos valores de obrigações contratuais, quando a administração participa como contratante, ou de convênios firmados com outras entidades.

TABELA 14 • ATOS POTENCIAIS PASSIVOS

R\$

ATOS POTENCIAIS PASSIVOS POR UG EXECUTORA				
UG EXECUTORA	DEZ/22	DEZ/21	AH	AV
370001 - DIRETORIA DE GESTAO INTERNA(CGU)	4.390.839	4.510.483	-3%	2%
370002 - COORDENCAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS	75.092	75.092	0%	0%
370003 - COORD-GERAL LICITACAO, CONT.E DOCUMENTACAO	181.968.707	139.404.376	31%	97%
370004 - COORD-GERAL DE ORCAM. FINANC. E CONTABILIDADE	1.683.590	3.354.085	-50%	1%
TOTAL DE ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	188.118.228	147.344.036	28%	100%

Fonte: SIAFI

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)

O Balanço Orçamentário da CGU demonstra as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, demonstrando, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO • QUADRO PRINCIPAL (DEZEMBRO/2022)

RECEITA

R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES		4.920.000	4.920.000	6.295.360	1.375.360
Receitas de Serviços	10	4.920.000	4.920.000	6.295.360	1.375.360
Transferências Correntes		-	-	-	-
Outras Receitas Correntes		-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL		-	-	-	-
Operações de Crédito		-	-	-	-
Alienação de Bens		-	-	-	-
Amortização de Empréstimos		-	-	-	-
Transferências de Capital		-	-	-	-
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS		4.920.000	4.920.000	6.295.360	1.375.360
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
Operações de Crédito Internas		-	-	-	-
Operações de Crédito Externas		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		4.920.000	4.920.000	6.295.360	1.375.360
DEFICIT				1.218.568.124	1.218.568.124
TOTAL		4.920.000	4.920.000	1.224.863.484	1.219.943.484

Fonte: SIAFI

DESPESA

R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	11	1.156.538.808	1.210.685.485	1.210.311.403	1.171.417.993	1.095.792.220	374.082
Pessoal e Encargos Sociais		1.019.461.060	1.085.256.327	1.085.090.913	1.066.387.287	993.398.715	165.414
Outras Despesas Correntes		137.077.748	125.429.158	125.220.490	105.030.705	102.393.504	208.668
DESPESAS DE CAPITAL	12	9.117.237	15.325.781	14.552.281	2.020.683	2.019.565	773.500
Investimentos		9.117.237	15.325.781	14.552.281	2.020.683	2.019.565	773.500
TOTAL		1.165.656.045	1.226.011.266	1.224.863.684	1.173.438.675	1.097.811.784	1.147.582

Fonte: SIAFI

ANEXO 1 • DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		7.432.817	18.465.014	9.819.543	9.813.912	9.584.511	6.499.408
Pessoal e Encargos Sociais		2.966.251	4.133.414	1.205.244	1.205.244	2.964.359	2.930.062
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		4.466.567	14.331.600	8.614.300	8.608.668	6.620.153	3.569.346
DESPESAS DE CAPITAL		855.649	14.992.082	14.250.040	14.250.040	552.495	1.045.196
Investimentos		855.649	14.992.082	14.250.040	14.250.040	552.495	1.045.196
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
TOTAL	12	8.288.466	33.457.096	24.069.583	24.063.951	10.137.007	7.544.604

Fonte: SIAFI

ANEXO 2 • DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		74.908	69.039.039	68.980.503	83.785	49.659
Pessoal e Encargos Sociais			67.381.520	67.318.681	62.839	
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		74.908	1.657.519	1.661.823	21.586	49.017
DESPESAS DE CAPITAL		490	-	490	-	-
Investimentos		490		490	-	
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-
TOTAL	12	75.398	69.039.039	68.980.993	84.426	49.017

Fonte: SIAFI

A execução orçamentária da CGU, normalmente, ocorre especificamente em relação às despesas públicas, tendo em vista que este Ministério não gera recursos próprios e integra o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União.

Portanto, a previsão e a arrecadação da receita são efetuadas no âmbito do Ministério da Economia, sendo os recursos descentralizados à CGU por meio de Transferência Financeira (cotas) pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Nota 10 • Receitas Orçamentárias – Receitas de Serviços

Excepcionalmente a CGU recebeu receitas de serviços em 2022, em virtude do recebimento das inscrições do Concurso Público aberto por meio do Edital 01/2021, o qual foi destinado ao provimento de 375 vagas para o cargo de Auditor de Finanças e Controle – AFFC e 75 vagas para o cargo de Técnico de Finanças e Controle – TFFC. A previsão inicial foi de R\$ 4.920.000 (quatro milhões e novecentos e vinte mil reais) e as receitas realizadas se deram no valor de R\$ 6.295.360 (seis milhões, duzentos e noventa e cinco mil e trezentos e sessenta reais), conforme quadro principal do Balanço Orçamentário.

Nota 11 • Dotação e Execução Orçamentária da Despesa (Corrente e de Capital)

Para o exercício de 2022, a CGU contou com uma dotação orçamentária atualizada de R\$ 1.226.011.266.

Considerando o enfoque orçamentário dado pelo art. 35 da Lei 4.320/1964, que reconhece a despesa empenhada e não cancelada como despesa orçamentária realizada no exercício, percebe-se, na tabela 15 a seguir, que no exercício de 2022, foram executados (empenhados) 99% do orçamento atualizado, restando um saldo orçamentário de R\$ 1.147.582.

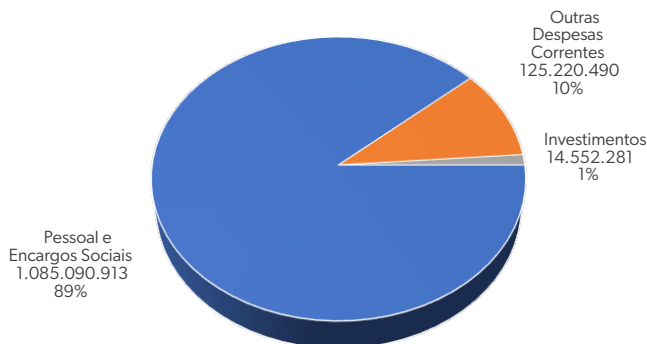
**TABELA 15 • EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA
(DESPESA EMPENHADA POR GRUPO DE DESPESA)**

R\$				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	% EXECUTADO	SALDO DA DOTAÇÃO
Pessoal e Encargos Sociais	1.085.256.327	1.085.090.913	100,0%	165.414
Outras Despesas Correntes	125.429.158	125.220.490	99,8%	208.668
Investimentos	15.325.781	14.552.281	94,95%	773.500
TOTAL	1.226.011.266	1.224.863.684	99,9%	1.147.582

Fonte: SIAFI

Em relação ao montante empenhado de R\$ 1.224.863.684, o grupo de despesa “Pessoal e Encargos Sociais” correspondeu a 89% da execução da despesa no exercício, conforme demonstra o Gráfico 3 a seguir.

GRÁFICO 3 • ORÇAMENTO EXECUTADO (EMPENHADO NO EXERCÍCIO) POR GRUPO DE DESPESA



Fonte: SIAFI

(a) Outras Despesas Correntes

Da análise vertical (AV) da Tabela 16, verifica-se que os gastos se concentraram nos 5 (cinco) primeiros itens de gastos, representando 88% do total, com destaque para “Outros Serviços de Terceiros PJ – OP.INT.ORC.” com 26% do total de gastos no exercício.

TABELA 16 • OUTRAS DESPESAS CORRENTES

R\$

SEQ.	ELEMENTO DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS	AV(%)	FREQ. ACUM. (%)
1	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	32.540.503,74	26,0%	26%
2	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	32.374.312,45	25,9%	52%
3	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	26.571.651,14	21,2%	73%
4	AUXILIO-ALIMENTACAO	10.968.145,38	8,8%	82%
5	INDENIZACOES E RESTITUICOES	8.212.462,50	6,6%	88%
6	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	5.020.553,63	4,0%	92,4%
7	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	3.631.563,00	2,9%	95,3%
8	MATERIAL DE CONSUMO	1.405.491,78	1,1%	96,4%
9	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	1.271.173,58	1,0%	97,4%
10	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	1.086.966,24	0,9%	98,3%
11	RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	1.016.348,27	0,8%	99,1%
12	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	544.107,73	0,4%	99,5%
13	CONTRIBUICOES	302.000,10	0,2%	99,8%
14	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	213.902,47	0,2%	100,0%
15	PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIFICAS	55.422,00	0,0%	100,0%
16	AUXILIO-TRANSPORTE	5.886,10	0,0%	100,0%
TOTAL		125.220.490	100%	

Fonte: SIAFI

(b) Despesas de Capital

A execução com despesas de capital, no exercício de 2022, ficou a cargo do grupo “Investimentos” no total de R\$ 14.552.281, o que correspondeu a 1% do total da despesa executada no exercício.

A tabela 17, a seguir, demonstra os gastos com investimentos no exercício de 2022, com destaque para “Equipamentos de TIC – Computadores” e “Veículos Diversos”, que corresponderam a 40% e 25%, respectivamente, do total dos gastos com investimento.

TABELA 17 • INVESTIMENTOS

R\$

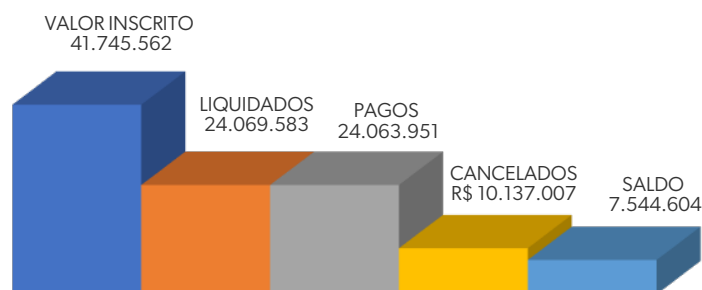
ELEMENTO DE DESPESA	ELEMENTO DE DESPESA DETALHADO	DEZ-22	AV
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	1.566.427	11%
	AQUISICAO DE SOFTWARE PRONTO	311.967	2%
OBRAS E INSTALACOES	ESTUDOS E PROJETOS	42.330	0%
	INSTALAÇÕES	107.433	1%
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	AERONAVES	15.525	0%
	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	250	0%
	APAR.EQUIP.UTENS.MED.,ODONT,LABOR.HOSPIT.	706	0%
	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	102.667	1%
	COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	1.039	0%
	EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	245.571	2%
	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	13.446	0%
	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	710.881	5%
	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	1.396	0%
	MATERIAL DE TIC (PERMANENTE)	474.167	3%
	MAQUINAS, INSTALACOES E UTENS. DE ESCRITORIO	94.240	1%
	EQUIPAMENTOS DE TIC - COMPUTADORES	5.225.000	36%
	MOBILIARIO EM GERAL	233.161	2%
	EQUIPAMENTOS DE TIC - SERVIDORES/STORAGE	1.858.288	13%
	EQUIPAMENTOS DE TIC - IMPRESSORAS	1.322	0%
	VEICULOS DIVERSOS	3.283.118	23%
	PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	189.174	1%
	ACESSORIOS PARA VEICULOS	4.010	0%
	MATERIAL DE CONSUMO DE USO DURADOURO	22.262	0%
	OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	47.900	0%
TOTAL		14.552.281	100%

Nota 12 • Execução de Restos a Pagar (Processados e Não Processados)

(a) Execução de Restos a Pagar Não Processados

No gráfico seguinte, tem-se o demonstrativo da situação dos Restos a Pagar Não Processados (RPNP), executados no exercício de 2022.

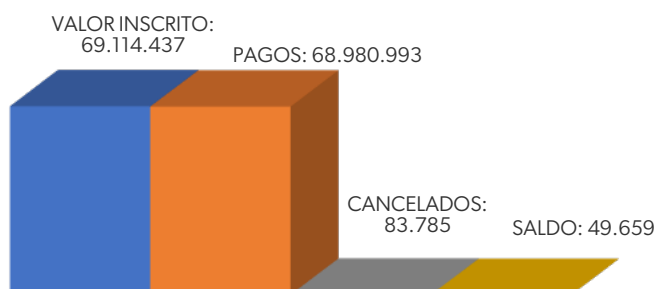
GRÁFICO 4 • EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (RPNP) EM 2022



Fonte: SIAFI

Verifica-se que foram liquidados R\$ 24.069.583 de RPNP inscritos, correspondendo a 58% de um montante inscrito de R\$ 41.745.562, sendo pagos R\$ 24.063.951 e cancelados R\$ 10.137.007. Com isso, permanece um saldo de R\$ 7.544.604 de RPNP inscritos em exercícios anteriores a 2022.

GRÁFICO 5 • EXECUÇÃO DE RPP E RPNP LIQUIDADO



Fonte: SIAFI

Verifica-se que foram pagos R\$ 68.980.993 de RPP, correspondendo a 99,8% de um montante inscrito de R\$ 69.114.437. Com isso, permaneceu um saldo de R\$ 49.659 de RPP inscritos em exercícios anteriores a 2022.

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) da CGU evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período foi apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passou a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

A DVP tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

A DVP permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – 2022

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	NE	DEZ-22	DEZ-21
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		6.295.360	
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		6.295.360	
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		27.037.694	14.654.786
Juros e Encargos de Mora		27.037.694	14.654.786
Transferências e Delegações Recebidas	13	1.154.503.949	1.095.913.790
Transferências Intragovernamentais		1.147.435.074	1.095.795.825
Outras Transferências e Delegações Recebidas		7.068.875	117.964
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	14	4.012.485	15.795.955
Reavaliação de Ativos		3.235.996	15.372.057
Ganhos com Incorporação de Ativos		769.688	386.975
Ganhos com Desincorporação de Passivos		6.801	36.923
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	15	1.851.263.102	3.911.384.520
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		1.851.263.102	3.911.384.520
TOTAL DA VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)		3.043.112.590	5.037.749.051
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NE	DEZ-22	DEZ-21
Pessoal e Encargos	16	877.892.926	789.747.298
Remuneração a Pessoal		713.896.443	630.518.626
Encargos Patronais		136.213.836	136.356.787
Benefícios a Pessoal		13.232.691	11.891.134
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		14.549.956	10.980.751
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	16	259.451.774	253.293.698
Aposentadorias e Reformas		232.745.272	229.908.505
Pensões		21.130.953	17.881.124
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		5.575.550	5.504.069
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		80.983.646	63.875.341
Uso de Material de Consumo		355.765	136.018
Serviços		73.031.297	57.447.188
Depreciação, Amortização e Exaustão		7.596.584	6.292.135
Transferências e Delegações Concedidas		505.074.459	485.611.019
Transferências Intragovernamentais		504.512.459	473.689.517
Transferências Intergovernamentais		260.000	3.157.335
Transferências a Instituições Privadas		15.000	7.500
Transferências ao Exterior		287.000	312.471
Outras Transferências e Delegações Concedidas			8.444.197

(Cont.)

(cont.)

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	17	4.289.801	10.819.468
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		1.661.238	6.499.100
Perdas Involuntárias		1.240.342	1.561.180
Incorporação de Passivos		1.388.202	2.759.189
Desincorporação de Ativos		18	
Tributárias		71.038	11.572
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		6.400	3.026
Contribuições		64.638	8.546
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		927.734	217.205
Premiações		53.502	7.163
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		874.232	210.042
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)		1.728.691.378	1.603.575.602
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I-II)		1.314.421.213	3.434.173.449

Fonte: SIAFI

NOTAS EXPLICATIVAS AO DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Nota 13 • VPA – Transferências e Delegações Recebidas

As Transferências e Delegações Recebidas compreendem o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais e intragovernamentais (cota, repasse e sub-repasse), transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios e transferências do exterior.

Na tabela seguinte, estão discriminados os itens da rubrica Transferências e Delegações Recebidas pela CGU.

TABELA 18 • TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

R\$			
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	DEZ-22	DEZ-21	AV
Transferências Intragovernamentais	1.147.435.074	1.095.795.825	99,39%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	7.068.875	117.964	0,61%
TOTAL	1.154.503.949	1.095.913.790	100%

Fonte: SIAFI

Neste grupo, a rubrica de maior destaque, praticamente com 100%, foi a de Transferências intragovernamentais, que corresponde aos valores financeiros efetivamente repassados (cota), pela unidade central de programação financeira da STN, para fazer frente à execução financeira da CGU.

Nota 14 • VPA – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

A Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos representa o somatório da variação patrimonial aumentativa com reavaliação e ganhos de ativos, bem como com a desincorporação de passivos.

TABELA 19 • VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

R\$

VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS			
	DEZ/22	DEZ/21	AV(%)
Reavaliação de Ativos	3.235.996	15.372.057	81%
Ganhos com Incorporação de Ativos	769.688	386.975	19%
Ganhos com desincorporação de passivos	6.801	36.923	0%
TOTAL	4.012.485	15.795.955	100%

Fonte: SIAFI

Conforme tabela anterior, constatou-se no exercício de 2022, que a maior parte da valorização está concentrada na rubrica de “Reavaliação de Ativos” com 81% do total da Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos, a qual se deve principalmente pelo fato de que, em 2022, foram realizados procedimentos de reavaliação de imóveis nas regionais CGU/ES, CGU/MS, e CGU/SC.

Nota 15 • VPA – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas, não incluídas nos grupos anteriores. A tabela seguinte discrimina os elementos do item “*Outras Variações Patrimoniais Aumentativas*”.

TABELA 20 • OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

R\$

OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS				
	DEZ/22	DEZ/21	AH	AV
Multas administrativas	1.078.505.628	1.665.230.066	-35%	58%
Indenizações	477.956.199	2.244.895.081	-79%	26%
Restituições	294.675.476	1.259.374	23298,57%	16%
VPA decorrente de fatores geradores diversos	125.800			0,01%
TOTAL	1.851.263.102	3.911.384.520	-53%	100%

Fonte: SIAFI

Da tabela anterior, tem-se que as rubricas mais expressivas são “Multas Administrativas” e “Indenizações”, correspondendo 58% e 26%, respectivamente, do total do grupo “Outras Variações Patrimoniais Aumentativas”. Trata-se de multas e juros previstos em contratos administrativos e majoritariamente de valores provenientes das celebrações dos Acordos de Leniência de responsabilidade da CGU, conforme discorrido na Nota Explicativa 2 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.

A diferença no percentual de 23.298,57% na rubrica “Restituições” se deu por lançamentos de ressarcimento de pessoal requisitado da CGU e principalmente pelo ressarcimento de valores previstos em Acordos de Leniência firmados, ambos recebidos por GRU no exercício de 2022.

Nota 16 • VPD – Pessoal e Encargos (ativos e inativos)

TABELA 21 • PESSOAL E ENCARGOS (ATIVOS)

R\$				
PESSOAL E ENCARGOS (ATIVO)	DEZ-22	DEZ-21	AH	AV
Remuneração a Pessoal	13.232.691	11.891.134	11,3%	1,51%
Encargos Patronais	136.213.836	136.356.787	-0,1%	15,52%
Benefícios a Pessoal	14.549.956	10.980.751	32,5%	1,66%
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	713.896.443	630.518.626	13,2%	81,32%
TOTAL	877.892.926	789.747.298	11,2%	100%

Fonte: SIAFI

Da tabela anterior, verifica-se que, no geral, houve um aumento de 11,2% na folha de pessoal ativo da CGU, que pode ser explicado pelo acréscimo do número de servidores oriundos do Concurso Público aberto por meio do Edital 01/2021, o qual foi destinado ao provimento de 375 vagas para o cargo de Auditor de Finanças e Controle – AFFC e 75 vagas para o cargo de Técnico de Finanças e Controle – TFFC.

TABELA 22 • BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS (INATIVOS)

R\$				
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS (INATIVOS)		DEZ-21	AH	AV
Aposentadorias e Reformas	232.745.272	229.908.505	1,2%	90%
Pensões	5.575.550	5.504.069	1%	2,1%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	21.130.953	17.881.124	18%	8,1%
TOTAL	259.451.774	253.293.698	2,4%	100%

Fonte: SIAFI

Da tabela anterior, da mesma forma do que ocorreu com os gastos de pessoal ativo, verificou-se um aumento nos gastos com inativos de 2,4%.

Nota 17 • VPD – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

A Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com desvalorização e perdas de ativos, nos casos de reavaliação, redução a valor recuperável, provisões para perdas, perdas com alienação de ativos e perdas involuntárias.

TABELA 23 • DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

R\$

DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS			
	DEZ/22	DEZ/21	AH
Reavaliação de Bens Imóveis	1.661.238	6.499.100	-74%
Perdas Involuntárias de Bens Móveis	1.240.342	1.561.180	-21%
Incorporação de Passivos	1.388.202	2.759.189	-50%
Desincorporação de Ativos	18		
TOTAL	4.289.801	10.819.468	-60%

Fonte: SIAFI

De acordo com a tabela anterior, constatou-se uma variação mais expressiva na rubrica “Reavaliação de Bens Imóveis”, que apresentou um decréscimo na ordem de 74% no exercício de 2022. Cumpre destacar que o saldo a maior, em 2021, foi devido ao lançamento de encerramento das contas de resultados do exercício efetuada pela Contabilidade (STN).

BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro (BF) da CGU evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

BALANÇO FINANCEIRO – 2022

								R\$
INGRESSOS	NE	2022	2021	DISPÊNDIOS	NE	2022	2021	
Receitas Orçamentárias		6.295.360	0	Despesas Orçamentárias		1.200.148.828	1.128.980.934	
Ordinárias				Ordinárias		941.466.606	941.948.318	
Vinculadas		6.295.360	0	Vinculadas		258.682.223	187.032.615	
Previdência Social (RPPS)				Seguridade Social (Exceto Previdência)		253.762.531	93.081.019	
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		6.295.360	0	Previdência Social (RPPS)			91.920.985	
(-) Deduções da Receita Orçamentária				Dívida Pública				
				Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		4.919.692	2.030.684	
Transferências Financeiras Recebidas		1.194.695.311	1.143.358.590	Transferências Financeiras Concedidas		551.772.595	520.938.526	
Resultantes da Execução Orçamentária		1.168.745.511	1.115.423.525	Resultantes da Execução Orçamentária		21.310.437	19.627.700	
Cota Recebida		1.168.729.550	1.115.423.525	Repasse Concedido		21.261.040	19.627.700	
Repasse Devolvido		15.962		Cota Devolvida		49.398		
Independentes da Execução Orçamentária		25.949.799	27.935.065	Independentes da Execução Orçamentária		530.462.158	501.310.827	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		25.872.846	27.935.065	Demais Transferências Concedidas			959.766	
Demais Transferências Recebidas		76.953		Movimento de Saldos Patrimoniais		530.462.158	500.351.060	
Aporte ao RPPS				Aporte ao RPPS				
Aporte ao RGPS				Aporte ao RGPS				

(cont.)

(cont.)

Recebimentos Extraorçamentários		653.282.346	604.117.830	Pagamentos Extraorçamentários		94.028.214	97.292.236
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		75.265.086	68.883.496	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	18	68.803.471	65.776.778
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		45.305.543	33.720.295	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	18	23.526.120	30.310.358
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.162.751	236.083	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.125.965	823.090
Outros Recebimentos Extraorçamentários		531.548.965	501.277.956	Outros Pagamentos Extraorçamentários		572.658	382.009
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		8.589		Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento			2.266
Arrecadação de Outra Unidade		531.540.376	501.277.956	Demais Pagamentos		572.658	379.743
Saldo do Exercício Anterior		69.011.841	68.747.117	Saldo para o Exercício Seguinte	19	77.335.420	69.011.841
Caixa e Equivalentes de Caixa		69.011.841	68.747.117	Caixa e Equivalentes de Caixa		77.335.420	69.011.841
TOTAL		1.923.285.058	1.816.223.537	TOTAL		1.923.285.058	1.816.223.537

Fonte: SIAFI

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO (BF)

Nota 18 • Restos a Pagar (inscritos e pagos)

As informações sobre Restos a Pagar (RP) inscritos e pagos constam da Nota Explicativa nº 12.

Nota 19 • Saldo para o Exercício Seguinte

O Resultado Financeiro do Exercício (diferença entre o total de ingressos e o total de dispêndios) foi superavitário no período em R\$ 77.335.420, o que corresponde ao saldo do Caixa e Equivalência de Caixa do Balanço Patrimonial, sendo esse saldo transferido para o BF do exercício seguinte.

Demais detalhes do saldo do Caixa e Equivalente de Caixa poderão ser encontrados na **Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa**.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – 2022

R\$

	NE	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		24.685.375	20.912.028
INGRESSOS		1.181.921.402	1.123.934.103
Receita de Serviços		6.295.360	0
Outros Ingressos Operacionais		1.175.625.842	1.123.934.103
Ingressos Extraorçamentários		1.162.751	236.083
Transferências Financeiras Recebidas		642.922.715	622.420.064
Arrecadação de Outra Unidade		531.540.376	501.277.956
DESEMBOLSOS		-1.157.236.027	-1.103.022.075
Pessoal e Demais Despesas		-1.031.743.035	-973.337.347
Essencial à Justiça		-5.373	-3.752
Administração		-776.943.717	-727.038.909
Previdência Social		-253.467.551	-246.207.104
Saúde			
Educação		-1.324.983	-8.276
Direitos da Cidadania			-66.000
Transporte		-10.000	-11.042
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		8.589	-2.266
Transferências Concedidas		-123.794.369	-128.481.894
Intragovernamentais		-123.232.369	-125.004.588
Outras Transferências Concedidas		-562.000	-3.477.306
Outros Desembolsos Operacionais		-1.698.622	-1.202.834
Dispêndios Extraorçamentários		-1.125.965	-823.090
Transferências Financeiras Concedidas			
Demais Pagamentos		-572.658	-379.743
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-16.361.797	-20.647.304
INGRESSOS		-	-
DESEMBOLSOS		-16.361.797	-20.647.304
Aquisição de Ativo Não Circulante		-13.363.218	-15.533.606
Outros Desembolsos de Investimentos		-2.998.579	-5.113.698
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
INGRESSOS		-	-
DESEMBOLSOS		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	20	8.323.578	264.725
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		69.011.841	68.747.117
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		77.335.420	69.011.841

Fonte: SIAFI

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

Nota 20 • Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa é igual ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro, correspondendo ao fluxo líquido (entradas menos saídas) de recursos durante o período.

No exercício de 2022, o valor do fluxo de caixa líquido da CGU correspondeu à soma dos Fluxos Operacional e de Investimento, fornecendo um valor de R\$ 8.323.578. Esse resultado somado à rubrica “Caixa e Equivalente de Caixa Inicial”, do exercício anterior, revelou um montante de R\$ 77.335.420. Tal valor está conciliado com o BP e o BF, tendo em vista ser o mesmo montante registrado nas rubricas “Caixa e Equivalente de Caixa” do Balanço Patrimonial (BP) e “Resultado Financeiro do Exercício”, apurado no Balanço Financeiro (BF).

NORMAS LEGAIS E TÉCNICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As Demonstrações Contábeis da CGU foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis brasileiras e em observância às disposições contidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público (NBC TSP), no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual SIAFI, bem como considerando o disposto na Lei nº 4.320/1964, na Lei Complementar nº 101/2000 e demais normas aplicáveis.

O objetivo principal das demonstrações contábeis é: fornecer aos diversos usuários informações sobre a gestão do patrimônio público e prestar contas da gestão econômico-financeira realizada durante o exercício de 2022.

Nas Demonstrações Contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e mutação do patrimônio da CGU, desempenho econômico-financeiro, execução orçamentária, fluxos financeiros e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão.

Uso de Estimativas e Julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas nos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, exige que o órgão faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados a ativos, passivos, receitas e despesas. A CGU, atenta às práticas contábeis, observa o que estabelece a Macrofunção 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão de bens na Adm. Direta da União, Autarquias e Fundações, do Manual SIAFI, que define, dentre outras, as premissas a serem adotadas no grupo do Imobilizado.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

Os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da Controladoria-Geral da União (CGU) obedecem às opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

Mecanismos utilizados para controle e garantia da confiabilidade contábil

A conformidade dos registros e das demonstrações contábeis, realizada pela Setorial de Contabilidade – SECON da CGU, é o principal mecanismo de controle dos lançamentos e procedimentos

contábeis da organização. Este processo visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira, que é o sistema do Governo Federal onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas foram extraídas do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras (UG) constantes da tabela abaixo:

TABELA • UNIDADES GESTORAS EXECUTORAS DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU):

UNIDADES CENTRAIS		
370001	Diretoria de Gestão Corporativa	DGC
370002	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	COGEP
370003	Coordenação-Geral de Licitações, Contratos e Documentação	CGLCD
370004	Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade	CGCOF
370006	Setorial Contábil	SECON
SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS NOS ESTADOS		
370009	Controladoria Regional da União no Estado do Acre	CGU-R/AC
370010	Controladoria Regional da União no Estado do Alagoas	CGU-R/AL
370011	Controladoria Regional da União no Estado do Amazonas	CGU-R/AM
SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS NOS ESTADOS		
370012	Controladoria Regional da União no Estado do Amapá	CGU-R/AP
370013	Controladoria Regional da União no Estado do Bahia	CGU-R/BA
370014	Controladoria Regional da União no Estado do Ceará	CGU-R/CE
370015	Controladoria Regional da União no Estado do Espírito Santo	CGU-R/ES
370016	Controladoria Regional da União no Estado do Goiás	CGU-R/GO
370017	Controladoria Regional da União no Estado do Maranhão	CGU-R/MA
370018	Controladoria Regional da União no Estado do Minas Gerais	CGU-R/MG
370019	Controladoria Regional da União no Estado do Mato Grosso do Sul	CGU-R/MS
370020	Controladoria Regional da União no Estado do Mato Grosso	CGU-R/MT
370021	Controladoria Regional da União no Estado do Pará	CGU-R/PA
370022	Controladoria Regional da União no Estado do Paraíba	CGU-R/PB
370023	Controladoria Regional da União no Estado do Pernambuco	CGU-R/PE
370024	Controladoria Regional da União no Estado do Piauí	CGU-R/PI
370025	Controladoria Regional da União no Estado do Paraná	CGU-R/PR
370026	Controladoria Regional da União no Estado do Rio de Janeiro	CGU-R/RJ
370027	Controladoria Regional da União no Estado do Rio Grande do Norte	CGU-R/RN
370028	Controladoria Regional da União no Estado do Rondônia	CGU-R/RO
370029	Controladoria Regional da União no Estado do Roraima	CGU-R/RR
370030	Controladoria Regional da União no Estado do Rio Grande do Sul	CGU-R/RS
370031	Controladoria Regional da União no Estado do Santa Catarina	CGU-R/SC

370032	Controladoria Regional da União no Estado do Sergipe	CGU-R/SE
370033	Controladoria Regional da União no Estado do São Paulo	CGU-R/SP
370034	Controladoria Regional da União no Estado do Tocantins	CGU-R/TO
370119	Secretaria de Combate à Corrupção	SCC
370120	Diretoria de Operações Especiais	SCC/DOP
370139	Coordenação-Geral Auditoria das Áreas de Pat. E Desburocratização	CGPAT/DG/SFC

